

# Rumo ao Crescimento

## A economia da União Europeia



A presente publicação é editada em todas as línguas oficiais da União Europeia: alemão, dinamarquês, espanhol, finlandês, francês, grego, inglês, italiano, neerlandês, português e sueco.

Comissão Europeia  
Direcção-Geral da Imprensa e da Comunicação  
Publicações  
B-1049 Brussel/Bruelles

Manuscrito concluído em Setembro de 2003

Capa: Laura Dwight/Van Parys Media

Uma ficha bibliográfica figura no fim desta publicação

Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2004

ISBN 92-894-6147-0

© Comunidades Europeias, 2004  
Reprodução autorizada

*Printed in Belgium*

IMPRESSO EM PAPEL BRANQUEADO SEM CLORO

# Rumo ao Crescimento

## A economia da União Europeia



# Índice

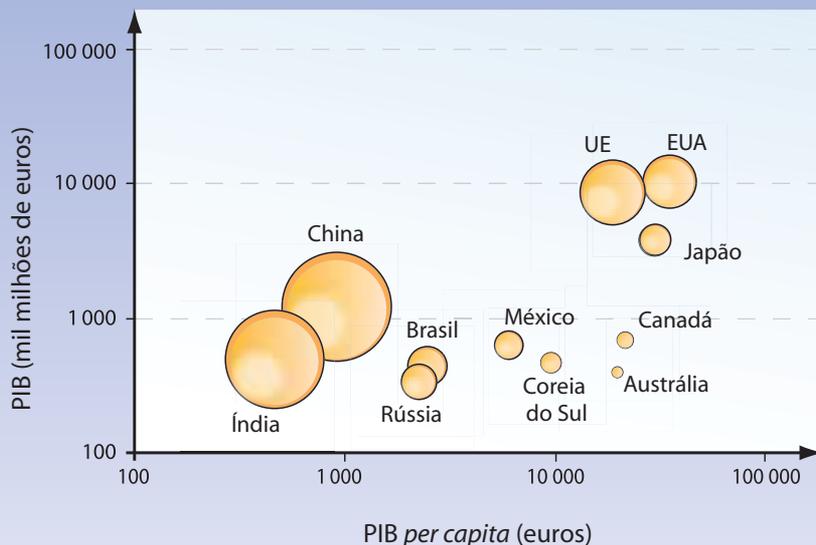
Da divisão à integração	3
Construir os alicerces	6
Mais obstáculos a ultrapassar	7
O mercado único	9
Vantagens de uma maior concorrência	10
A União Económica e Monetária	11
UEM: o tiro de partida	13
A UEM não é só o euro	15
O impacto do euro	17
O que ainda falta fazer	19
Construir o futuro	21
Outra documentação	22

# Da divisão à integração

Entre os objectivos fundamentais da União Europeia contam-se o progresso económico e social e a melhoria constante das condições de vida e de trabalho. Estes objectivos foram definidos no Tratado de Roma que – em 1957 – criou o que então era a Comunidade Económica Europeia (CEE) e hoje é a União Europeia (UE). Em apenas 50 anos, a UE transformou-se na segunda maior economia do mundo, em que 12 países partilham uma moeda única, o que é, por si só, um feito notável.

No seu início, a União Europeia era constituída por diferentes economias nacionais. Para que as mercadorias atravessassem as fronteiras era necessário preencher documentos administrativos e pagar direitos aduaneiros. Hoje, pelo contrário, a UE é essencialmente uma economia única em que as mercadorias circulam livremente através das fronteiras nacionais. Além disso, os cidadãos, os capitais e os prestadores de serviços (como as companhias de aviação, os bancos e as empresas de telecomunicações) são livres de se movimentarem e trabalharem em toda a União, com um grau de

## Economias mundiais



O gráfico compara as maiores economias mundiais numa escala logarítmica. PIB = produto interno bruto, isto é, o valor total da produção de um país num dado ano.

O tamanho de cada círculo representa a população; os dados são de 2002.

UE = 25 Estados-Membros, incluindo os dez que aderirão em 2004.

Fonte: Comissão Europeia, Banco Mundial.

liberdade que seria impensável há 50 anos. Tudo isto foi conseguido graças ao desmantelamento gradual das barreiras existentes entre as economias nacionais — um processo conhecido por «integração económica».

Contudo, a União Europeia não pode adormecer sobre os louros. Apesar dos grandes avanços conseguidos, que proporcionam uma vida melhor aos seus cidadãos, a UE não é tão competitiva a nível internacional quanto poderia ser. Se a UE não aproveitar plenamente o seu potencial económico, vai encontrar cada vez maiores dificuldades para financiar uma sociedade de inclusão que assegure uma boa protecção social aos mais desfavorecidos. Uma ainda maior integração económica — para a qual ainda há muito a fazer — ajudará a consegui-lo, porque uma lição essencial a retirar dos últimos 50 anos é que a integração económica leva ao crescimento e à criação de emprego.

### *Realizações e objectivos*

Desde a sua fundação, a União Europeia foi marcada por três etapas essenciais:

- criação de uma união aduaneira;
- mercado único;
- união económica e monetária.

A união aduaneira lançou as bases da livre circulação de mercadorias. O mercado único eliminou os entraves burocráticos que subsistiam no comércio de mercadorias e preparou o terreno para a livre prestação de serviços. A União Económica e Monetária removeu muitos dos obstáculos ao investimento transfronteiras que se mantinham, lançou a moeda única — o euro — e estabeleceu uma abordagem comum para a política económica.

Mas muito resta por fazer. Ainda é demasiado difícil para os cientistas de diferentes países cooperarem em matéria de investigação científica. Os poderes públicos, incluindo as autarquias locais, não fazem tanto quanto deveriam para adquirirem os bens e os serviços de que necessitam aos preços mais competitivos em qualquer ponto da União. O acesso aos serviços financeiros através das fronteiras ainda não é tão completo quanto poderia ser. A União Europeia deve igualmente fazer mais para incentivar os empresários a criar novas empresas, encorajar a inovação empresarial e o aproveitamento do potencial da Internet para gerar mais crescimento económico.

O objectivo comum é, até 2010, transformar a UE na economia baseada no conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo. O objectivo é ambicioso, mas não inatingível.

## *A União Europeia de então e de agora*

A CEE de 1958 era muito diferente da UE de hoje. Em 1958, 23% da população dos seis Estados-Membros — Bélgica, França, Alemanha, Itália, Luxemburgo e Países Baixos — vivia da agricultura. Em 2001, esse número tinha caído para 4% nos então 15 países da UE. Em 1958, 40% da população trabalhava na indústria, percentagem que desceu para 29% em 2001.

Os serviços são agora, de longe, a maior fonte de emprego: em 2001, 67% da população da UE estava empregada no sector dos serviços, quando em 1958 esta percentagem era de 37%. Esta tendência não foi alterada pelas sucessivas vagas de alargamento que acrescentaram à UE alguns países mais industrializados e outros mais rurais: Dinamarca, Irlanda e Reino Unido em 1973, Grécia em 1981, Portugal e Espanha em 1986 e Áustria, Finlândia e Suécia em 1995.

Em 1958, só existiam cerca de 3 000 quilómetros de auto-estrada nos países que fazem agora parte da União; hoje existem 52 000 quilómetros. Nos seis Estados-Membros iniciais, apenas 6,6% da população tinha carro; hoje em dia uma em cada duas pessoas tem carro e o número de viagens de avião efectuadas por ano multiplicou-se por 30.

© José Luis Pérez, Inc. / Omni Peps Media



*É muito diferente  
da agricultura.*

# Construir os alicerces

A criação de uma união aduaneira era a primeira etapa da criação de uma economia única na União Europeia. Dentro das fronteiras da união aduaneira, concluída em 1968, o comércio é verdadeiramente livre. As empresas não pagam direitos aduaneiros desde a Lapónia até à Sicília, desde as ilhas atlânticas de Portugal até à fronteira mais oriental da UE. A criação da união aduaneira assegurou igualmente que todos estão em pé de igualdade relativamente às importações do resto do mundo. Os eventuais direitos a pagar pelas importações são os mesmos, independentemente do porto, aeroporto, estrada ou estação de caminho-de-ferro utilizados como ponto de entrada.

Os importadores podem trazer para a UE mercadorias a granel e dividir o car-

regamento em diferentes lotes com destino a clientes em diversos Estados-Membros. Já não precisam de utilizar o porto do Pireu para as mercadorias destinadas à Grécia e o de Marselha para a França, podendo utilizar qualquer porto para ambos os destinos. Isto torna o comércio mais eficiente, os preços mais competitivos e aumenta a liberdade de escolha dos consumidores.

Os benefícios da união aduaneira foram claros desde o início. Em 1970, as trocas comerciais entre os Estados-Membros eram seis vezes superiores ao que eram 12 anos antes e o comércio com o resto do mundo triplicou. As suas economias cresceram para mais do dobro e registavam uma expansão mais rápida do que a economia dos EUA.

## *Quanto maior for a UE, maiores serão os benefícios*

Quanto maior for a União Europeia, maior será o efeito catalisador da integração. O alargamento da UE a 25 países implica custos iniciais, dado que a UE terá de ajudar os novos Estados-Membros a completar a transição e a transformarem-se em economias de mercado competitivas. Contudo, há benefícios económicos significativos para a UE. A economia dos «antigos» Estados-Membros beneficiará, como o demonstraram os anteriores alargamentos, do acréscimo de concorrência e de mobilidade individual, que são benéficas para o crescimento. Até ao final da década, o conjunto das economias dos «antigos» Estados-Membros poderá crescer 1% mais do que cresceria normalmente. Os recém-chegados, por outro lado, podem prever um crescimento suplementar anual de cerca de 1% em resultado da sua adesão. Isso será sobretudo causado pelo aumento do investimento e pela reforma das suas economias, que as farão funcionar de forma mais eficiente. O nível e a qualidade de vida vão melhorar e, até 2010, poderão também ser criados mais de 300 000 postos de trabalho nestes países.

# Mais obstáculos a ultrapassar

A criação da união aduaneira só removeu a barreira mais óbvia ao comércio livre e à concorrência e, portanto, ao progresso económico e social. Continuavam a existir muitos entraves que perturbavam o comércio.

Os funcionários das alfândegas não desapareceram e continuaram a mandar parar os camiões e comboios de mercadorias para verificarem a documentação e, muitas vezes, o próprio conteúdo dos contentores. Em 1988, isto representava, para a indústria e para os poderes públicos, custos desnecessários de 9 mil milhões de euros.

Outro obstáculo resultava das diferentes regulamentações técnicas, incluindo as normas ambientais. As normas não eram necessariamente mais ou menos rigorosas de um país para outro, mas apenas diferentes por razões históricas. O trabalho de desen-

volvimento de normas comuns da UE decorre desde há muito, mas o progresso foi lento nos primeiros anos.

Além disso, durante as crises económicas que se seguiram aos choques petrolíferos de 1973 e 1979, diminuiu a vontade de fomentar a integração económica. Reconhecia-se que haveriam ganhos a longo prazo, mas os sacrifícios que a mudança implicava a curto prazo pareciam excessivos. Só no início da década seguinte os Estados-Membros se mostraram disponíveis para começar a preparar uma nova etapa importante.

Daqui resultou o Acto Único Europeu, o modelo para o mercado único europeu assinado no início de 1986, que fixou o final de 1992 como objectivo para a eliminação dos muitos entraves ao comércio que ainda subsistiam.



*O mercado único reduziu a burocracia.*



*Com a UE viajar  
é mais fácil.*

### *Liberdade também para os cidadãos*

Neste processo de abertura dos mercados às mercadorias e serviços, as pessoas não foram esquecidas. Assim que a CEE foi criada, tornou-se mais fácil para os cidadãos de um Estado-Membro irem viver e trabalhar noutra. Desde então, a liberdade de circulação tem vindo a ser alargada, tanto aos trabalhadores à procura de emprego, como aos estudantes e reformados, de facto, virtualmente a todos os cidadãos. Mais de 15 milhões de cidadãos da UE deslocaram-se para trabalhar ou gozar as suas reformas noutra país da União. Nas duas última décadas, os passaportes de todos os cidadãos da UE passaram a ter a mesma capa de cor vermelho-escura e os dias em que os comboios paravam nas fronteiras enquanto os passaportes eram verificados pertencem igualmente ao passado. Em 1985 desapareceram os controlos na maioria das fronteiras internas da União Europeia. Só o Reino Unido e a Irlanda ainda os efectuam.

# O mercado único

A construção do mercado único implicou a aprovação de mais de 1 000 diplomas legislativos em sete anos. O mercado único substituiu os controlos de mercadorias nas fronteiras por sistemas baseados na confiança e em verificações antes da partida e à chegada. Promoveu a confiança nas normas e diferentes tecnologias dos outros países. Estas podem diferir nos pormenores mas o que importa é que o produto seja seguro e não tanto a forma como este objectivo foi atingido. Os obstáculos que tinham impedido as indústrias de serviços de se expandirem através das fronteiras foram eliminados.

Com a criação do mercado único, foram adoptadas medidas importantes para assegurar que todos os países da UE têm, em geral, uma abordagem idêntica relativamente ao direito das sociedades, às regras de contabilidade e às normas de propriedade intelectual, o que facilita o funcionamento das empresas em toda a UE e a gestão mais eficiente possível dos seus negócios. Os obstáculos que subsistiam para os movimentos transfronteiras de capitais foram sendo progressivamente dismantelados, quer se tratasse de investimento empresarial, aplicação de poupanças ou financiamento de estudos ou férias.

Tornou-se mais fácil para as instituições financeiras estabelecerem-se em toda a UE e oferecerem os seus serviços bancários e os seus produtos financeiros e seguros nos outros países, com um mínimo de formalidades. Ao mesmo tempo, foram tomadas medidas que

visam assegurar que os clientes, em qualquer local, gozem de igual protecção, independentemente do banco, companhia de seguros ou tipo de investimento que escolham.

Iniciou-se a abertura à concorrência do que eram, tradicionalmente, os sectores em situação de monopólio, como as telecomunicações, os transportes aéreos, os caminhos-de-ferro, os serviços postais e o fornecimento de gás e electricidade.

Este processo tem prosseguido desde então, tendo como resultado o desaparecimento de todos os obstáculos à livre concorrência no sector das telecomunicações. A maioria dos clientes empresariais e muitos agregados familiares são livres de escolher o seu fornecedor de gás e de electricidade. As limitações que dificultaram o funcionamento eficiente do sector dos transportes aéreos estão a ser removidas e foi liberalizado o acesso das empresas aos mercados do transporte ferroviário e dos serviços postais. Iniciaram-se os trabalhos com vista a uma maior abertura dos serviços portuários europeus à concorrência e à utilização mais eficiente do espaço aéreo europeu. Tudo isto aumenta a liberdade de escolha e diminui os preços.

A concorrência e as novas oportunidades de expansão no mercado único ajudam a manter as empresas europeias na liderança mundial. Das 100 maiores empresas do mundo, 32 são da UE, assim como 39 dos 100 maiores bancos comerciais e 27 das 100 marcas com maior notoriedade.

# Vantagens de uma maior concorrência

O mercado único abriu novas possibilidades de realização do enorme potencial económico europeu. No período de dez anos entre 1992 e 2002, graças ao mercado único, o PIB do conjunto da UE cresceu mais 1,8%. Além disso, o mercado único teve os seguintes efeitos:

- gerou prosperidade suplementar no valor de quase 900 mil milhões de euros – cerca de 6 mil euros por agregado familiar – nos seus primeiros dez anos;
- criou, desde 1992, cerca de 2,5 milhões de postos de trabalho na UE que não existiriam sem a abertura das fronteiras;
- contribuiu para o aumento de 30% do comércio de produtos manufacturados na UE desde 1992, aumentando desta forma a liberdade de escolha dos consumidores e fomentando a concorrência;
- foi um elemento essencial no estímulo dos fluxos de investimento directo na EU que foram multiplicados por 12 entre 1992 e 2000;
- estimulou novo investimento directo estrangeiro na UE;
- tornou a UE mais competitiva internacionalmente. Por exemplo, as exportações da UE para os países terceiros, que representavam 6,9% do PIB da UE em 1992, passaram para 11,2% em 2001;
- assegurou uma repartição mais eficiente das competências, ao permitir que as pessoas aproveitassem as oportunidades de trabalho noutros países da UE;
- impulsionou o poder de compra, através da pressão sobre os preços. A diferença entre os preços mais altos e mais baixos da UE reduziu-se e alguns produtos são mais baratos em termos absolutos.

Continuam a desenvolver-se esforços, por exemplo, para reforçar o mercado único no sector dos serviços (que representa 70% do PIB da UE). A construção do mercado único está em curso e tem capacidade para proporcionar ainda mais benefícios no futuro.



© And Steffen/Corbis Media

*Graças ao mercado único  
há mais possibilidades  
de escolha.*

# A União Económica e Monetária

Muito antes de o Acto Único Europeu ter sido redigido, já os economistas indicavam que as economias dos Estados-Membros teriam de se comportar de forma mais coesa — o processo de convergência — caso quisessem explorar colectivamente todo o seu potencial. A União Económica e Monetária (UEM) foi considerada a etapa seguinte, difícil mas necessária e desejável, que permitiria continuar a avançar.

Em 1969, a UE fixou o objectivo de realizar a União Económica e Monetária até 1980. Contudo o caminho a percorrer não era fácil. As recessões dos anos 70 atrasaram o avanço da UEM — e da moeda única que a acompanhava — tal como travaram o progresso noutros domínios. O processo foi reiniciado em 1978, com uma cooperação mais estreita em matéria de taxas de câmbio, plenamente relançado em 1988 e culminou em 1990 com a conclusão da primeira das três fases da UEM.

Nesse ano, por exemplo, a UE levantou as últimas limitações que restavam à movimentação de dinheiro de um Estado-Membro para outro, à transfe-

rência de capitais ou ao investimento noutro país da União. Deixou de ser necessário preencher formulários para obter as divisas estrangeiras necessárias para passar férias ou estudar noutro país.

Durante os anos seguintes, foi traçada uma linha clara de demarcação entre os governos e os bancos centrais em matéria de finanças. Os governos deixaram de poder recorrer às emissões de moeda dos bancos centrais para evitar dificuldades de equilíbrio orçamental. Em 1994, a segunda fase da UEM foi completada com a criação do Instituto Monetário Europeu (IME), o precursor do actual Banco Central Europeu (BCE).

Neste processo, os governos comprometeram-se a não viver acima das suas possibilidades, tendo sido estabelecidos limites ao endividamento público e aos défices orçamentais. Os países da UE acordaram num sistema de «supervisão multilateral», que permite controlar as situações em que as decisões de política orçamental de um Estado-Membro pudessem ter efeitos adversos nas economias dos restantes.

## *Os critérios de Maastricht*

Em 1992 chegou-se a um acordo quanto a cinco critérios que determinariam se um Estado-Membro estava preparado para adoptar a moeda única. São conhecidos como «critérios de Maastricht», nome da cidade em que foi assinado o Tratado que os definiu.

Os critérios relacionam-se com:

- estabilidade dos preços: a taxa de inflação não deve ultrapassar em mais de 1,5% a taxa de inflação dos três Estados-Membros com melhores resultados no ano precedente;
- défice orçamental (diferença entre receita e despesa pública): o défice deve, em princípio, ser inferior a 3% do PIB;
- dívida: o limite foi fixado em 60% do PIB, contudo, um país com um rácio endividamento/PIB mais elevado pode adoptar o euro, caso o nível da dívida esteja a diminuir de forma regular;
- taxas de juro a longo prazo: não devem ultrapassar em mais de 2% as taxas dos três Estados-Membros com as melhores taxas de inflação no ano precedente;
- estabilidade das taxas de câmbio: as taxas de câmbio devem permanecer, durante dois anos, entre as margens de flutuação predefinidas. Estas margens são as previstas pelo mecanismo europeu de taxas de câmbio, um sistema opcional para os Estados-Membros que quiserem ligar a sua moeda ao euro.

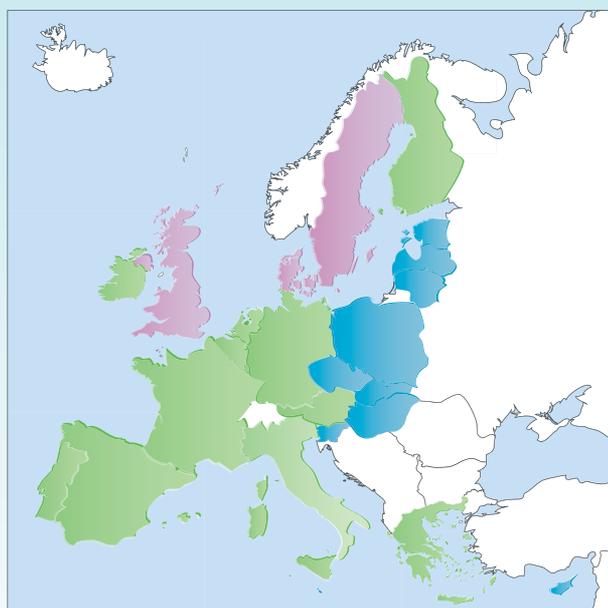
# UEM: o tiro de partida

O tiro de partida para a União Económica e Monetária foi dado em 1 de Janeiro de 1999, com o lançamento do euro em 11 Estados-Membros: **Áustria, Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Espanha**. Em 2001 seguiu-se-lhes a **Grécia**, que inicialmente não cumpria os critérios de Maastricht.

Três países – **Dinamarca, Suécia e Reino Unido** – decidiram não integrar a primeira vaga de países que adoptaram o euro. Caso venham a decidir adoptar o euro, tanto estes como os novos Estados-Membros deverão respeitar os critérios de Maastricht. Os

novos aderentes estão empenhados na adopção do euro, mas não o poderão fazer antes de 2006 devido ao critério das taxas de câmbio.

O euro tornou-se a moeda oficial dos países participantes desde a data em que o adoptaram. Contudo, as notas e moedas só foram introduzidas em 1 de Janeiro de 2002. Durante este período transitório, quem fizesse pagamentos em euros tinha de utilizar um cartão de crédito ou débito ou pagar por transferência bancária. Inicialmente, o euro era, na prática, uma moeda «virtual» utilizada sobretudo no mundo dos negócios e não nas transacções diárias.



## *Todos os países da UE participam na UEM*

- mas só 12 adoptaram o euro
- os outros três preferiram não o adoptar, pelo menos por agora
- os dez novos aderentes adoptarão o euro mais tarde

Os nomes destes países e territórios encontram-se no mapa no fim desta brochura

## *Os benefícios da moeda única*

O benefício mais óbvio do euro é facilitar a vida aos viajantes. Desapareceram os incômodos e os custos de cambiar dinheiro. O euro facilita igualmente a comparação dos preços, o que é saudável para a concorrência e bom para os consumidores.

Contudo, os motivos que levaram à introdução do euro são bem mais essenciais. A integração adicional trará benefícios a longo prazo para a concorrência, o crescimento e a prosperidade, assegurando um ambiente de baixas taxas de inflação e permitindo que as empresas sejam mais eficientes.

Os custos das transferências de dinheiro para desenvolver actividades comerciais noutros países diminuíram e as empresas não têm necessidade de fazer seguros ou de aumentar a sua margem de lucro para se protegerem contra os riscos das flutuações cambiais. Estes custos, que equivaliam a um autêntico imposto sobre a actividade comercial, tendo chegado a representar 1% do PIB, desapareceram quase por completo porque agora mais de 80% do comércio dos países da zona euro se processa entre si.

As empresas da zona euro que realizam trocas comerciais com o resto do mundo têm, automaticamente, a vantagem de utilizar uma moeda internacional. Podem proteger-se contra as variações das taxas de câmbio facturando simplesmente aos seus clientes em euros. É agora muito mais fácil convencer um cliente a pagar em euros do que antes em dracmas gregos ou marcas finlandesas.



*O comércio é bom para o crescimento. O euro é bom para o comércio.*



# A UEM não é só o euro

A União Económica e Monetária implica o respeito de um conjunto de regras conhecidas por Pacto de Estabilidade e Crescimento. Estas regras foram concebidas para garantir a solidez das finanças públicas dos países da EU – factor importante para assegurar um crescimento sustentável.

Todos os anos, a Comissão e os Estados-Membros reavaliam a forma como

estão a cumprir o Pacto. Cada país da zona euro fornece a informação necessária, sob a forma de um programa de estabilidade, e os países fora da zona euro apresentam programas de convergência que contêm elementos adicionais de informação sobre a forma como estas economias se estão a comportar em relação aos critérios de Maastricht na perspectiva da adopção do euro.

## *Pacto de Estabilidade e Crescimento*

O Pacto de Estabilidade e Crescimento obriga todos os países da UE a respeitarem o princípio do equilíbrio orçamental ou a ficar perto desse equilíbrio a médio prazo. Por outras palavras, as suas despesas não podem ultrapassar as suas receitas. Desta forma podem evitar uma acumulação da dívida que, no passado, obrigou os governos a aumentarem os impostos ou a reduzirem as despesas com os cidadãos e os investimentos.

Se o crescimento económico abrandar, as receitas fiscais diminuem porque as empresas apresentam piores resultados, os consumidores gastam menos e os governos precisam de gastar mais em subsídios de desemprego. Nestas circunstâncias, pode justificar-se um certo aumento do endividamento. Contudo, se a posição inicial do orçamento for de relativo equilíbrio, os governos deveriam ter uma margem de manobra suficiente para manterem os seus défices abaixo de 3% do PIB.

O Pacto não é um espartilho, na medida em que permite, em circunstâncias excepcionais, que os governos excedam o limite de 3%. As economias podem enfrentar situações difíceis sem que os governos sejam responsáveis. A economia internacional pode ser afectada por eventos imprevisíveis – por exemplo, os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos ou a subida do preço do petróleo que antecedeu a guerra do Iraque em 2003.

Se um Estado-Membro desrespeitar as regras do Pacto sem a devida justificação, será advertido de que deve adoptar rapidamente medidas correctivas. Se não o fizer, a Comissão Europeia e os outros Estados-Membros podem impor tais medidas e, se isso não for suficiente para restabelecer o controlo orçamental, o Estado-Membro em falta teria de efectuar, junto da Comissão, um depósito não remunerado. Se tal ainda não fosse suficiente para persuadir o Estado-Membro a pôr a casa em ordem, este poderia perder definitivamente essas quantias. A justificação é que um défice excessivo num país da UE pode ter efeitos negativos nos outros.

Além disso, a Comissão acompanha em permanência a forma como os Estados-Membros estão a cumprir os objectivos de reforço da integração económica em cada sector, desde as finanças à investigação e desenvolvimento, passando pela energia e pelos transportes. Verifica igualmente se as implicações ambientais das decisões de política económica foram devidamente tomadas em consideração. A Comissão controla ainda os progressos em matéria de criação de emprego e do maior acesso possível ao mercado de trabalho. O objectivo fundamental é assegurar o crescimento sustentável e a integração social.

### *O papel do BCE*

A estabilidade dos preços cria um ambiente económico estável e o Banco Central Europeu (BCE) tem um papel crucial para alcançar esta estabilidade na zona euro. Fá-lo mediante a fixação das taxas de juro que utiliza nas suas operações com os bancos, e que, por

seu turno, servem de referência a todas as taxas de juro da zona euro. O BCE fixa as suas taxas ao nível que considera adequado para manter a estabilidade dos preços na zona euro, tendo por objectivo, a médio prazo, a manutenção da inflação abaixo dos 2%, um nível seguro que permite evitar o risco de deflação ou de inflação excessiva.

O Banco controla igualmente as reservas monetárias da zona euro e tem poderes para vender e comprar divisas estrangeiras nos mercados monetários internacionais para influenciar as taxas de câmbio do euro. Contudo, não fixou objectivos quanto ao nível adequado das taxas de câmbio, colocando a tónica da sua política na inflação.

Sediado em Frankfurt, o Banco Central Europeu é a cúpula do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), de que fazem parte todos os bancos centrais da UE. Todos os bancos centrais intervem, por exemplo, na escolha da tecnologia que assegura que as empresas e os bancos podem movimentar o dinheiro de forma eficiente em toda a UE. Contudo, apenas os bancos centrais da zona euro são consultados quando o BCE fixa as taxas de juro para a zona euro.

*O crescimento deve ser sustentável.*



© Bilderbox.com

# O impacto do euro

Verificou-se uma evidente mudança nos mercados financeiros assim que o euro foi introduzido sob forma «virtual» em 1999. Na maioria dos casos, os governos da zona euro passaram imediatamente a pagar menos juros pelos empréstimos que contraíam. Por um lado, estavam a operar num contexto de estabilidade e de taxas de inflação baixas, o que mantém as taxas de juro a um nível reduzido. Por outro lado, passaram a contrair os seus empréstimos numa moeda com muita liquidez, ou seja, numa moeda com muitos compradores e vendedores. A pressão da procura mantém as taxas de juro competitivas. As baixas taxas de juro reduzem os custos de reembolso da dívida, proporcionando aos governos margem de manobra para diminuir os impostos ou aumentar as despesas com a saúde, as pensões, o bem-estar social ou as infra-estruturas.

As empresas e os consumidores também beneficiam. A redução das taxas de juro estimula o investimento das empresas e torna o crédito mais barato para quem compra casa.

## *Os benefícios não se limitam à zona euro*

Não são só os governos da zona euro que estão a aproveitar os benefícios desta nova moeda internacional. Outros países, tanto dentro como fora da UE, estão igualmente a contrair empréstimos em euros, colhendo alguns dos benefícios resultantes do

facto de se tratar de uma moeda com grande liquidez e internacionalmente reconhecida. Estes países pretendem frequentemente diversificar a sua carteira de divisas e o euro constitui uma nova moeda internacional à sua disposição. O euro é igualmente cada vez mais utilizado pelos bancos centrais, paralelamente ao dólar, como moeda de reserva, isto é, reservas convertíveis a utilizar em caso de crise monetária.

*Taxas de juro baixas tornam o crédito à habitação mais barato.*



© Bilderbox.com

## *Notas e moedas: o euro torna-se real*

Para o público em geral, o impacto real da União Económica e Monetária só ocorreu em 1 de Janeiro de 2002 quando foram introduzidas as notas e moedas em euros. Há sete notas e oito moedas de diferentes valores. Cada moeda tem uma face europeia e, na outra face, um motivo nacional do país onde foi cunhada. As notas, pelo contrário, não têm características nacionais. Independentemente do local de emissão, as notas e moedas em euros podem ser utilizadas em toda a zona euro e em certos outros países.

Quando os cidadãos dos 12 países da zona euro tiveram a nova moeda nos bolsos, tornou-se evidente o quão mais fácil se tornaram as viagens e como aumentou o seu poder de compra. Antes da introdução do euro, o custo de cambiar divisas podia atingir 1% do custo de umas férias e significativamente mais para quem visitasse diversos países e apenas trocasse pequenas importâncias de cada vez. O euro tornou as pessoas consumidores mais avisados, capazes de comparar os preços e de comprar onde os produtos são mais baratos.

Tudo isto foi facilitado pelas regras da UE relativas aos encargos bancários sobre os levantamentos automáticos em euros, pagamentos com cartão de crédito e transferências internacionais em euros. Estes encargos diminuíram significativamente ou desapareceram de todo.



*As moedas em euros reflectem a unidade na diversidade da Europa: uma das faces das moedas tem motivos nacionais.*

# O que ainda falta fazer

A integração económica europeia processou-se numa série de etapas lógicas. Tornou-se clara a necessidade de um mercado único para que o potencial da união aduaneira se realizasse plenamente e, para muitos países, o mercado único faz ainda mais sentido quando toda a actividade económica se processa numa única moeda.

Contudo, ainda há muito por fazer. É necessário fazer mais para libertar o potencial do mercado único dos serviços e promover a economia digital, o espírito empresarial e a inovação. As pressões para a derrapagem das finanças públicas devem ser combatidas.

## *Terminar o trabalho no sector dos serviços*

Uma maior integração dos serviços financeiros trará benefícios palpáveis. Por exemplo, facilitar a emissão de acções e obrigações pelas empresas, como alternativa à contracção de empréstimos, permitiria poupar o equivalente a 0,3% do PIB. A criação de um verdadeiro mercado único de valores mobiliários acrescentaria, pelo menos, 1,1% ao PIB e aumentaria o emprego em meio ponto percentual. Se os mercados bancários estivessem verdadeiramente integrados poderia poupar-se 1,5% do PIB. Já muito foi conseguido e o que falta deverá ser concluído até 2005.

Ainda há obstáculos burocráticos à livre prestação de outros serviços e a Comissão está a incentivar os prestadores de serviços a superarem estes obstáculos mediante a adopção de códigos de conduta europeus. Está igualmente a estimular o sector público para atrair mais as empresas estabelecidas noutros países a concorrerem aos concursos lançados para a aquisição de bens e serviços. O aumento da concorrência poderia poupar ao sector público 1% do que gasta.

## *Apostar no digital*

A realização do potencial digital da Europa é igualmente vital para manter o crescimento. Os governos da UE já se comprometeram a assegurar que o acesso à Internet seja barato, rápido e seguro e a investir seriamente na aquisição de competências no domínio da Internet pelo público em geral. A UE está igualmente a trabalhar para estimular uma gama de actividades em linha, tais como o comércio electrónico, a administração pública em linha, os serviços de saúde em linha, os conteúdos digitais europeus e a utilização da informática na gestão dos transportes.

### *Estimular o espírito empresarial*

É importante mudar as mentalidades e remover as barreiras à criação e desenvolvimento de novas empresas. Neste domínio, a Europa está atrasada relativamente aos americanos: os europeus sentem-se melhor como empregados por conta de outrem do que como trabalhadores independentes. No entanto, o grau de satisfação com o trabalho é superior entre aqueles que gerem as suas próprias empresas.

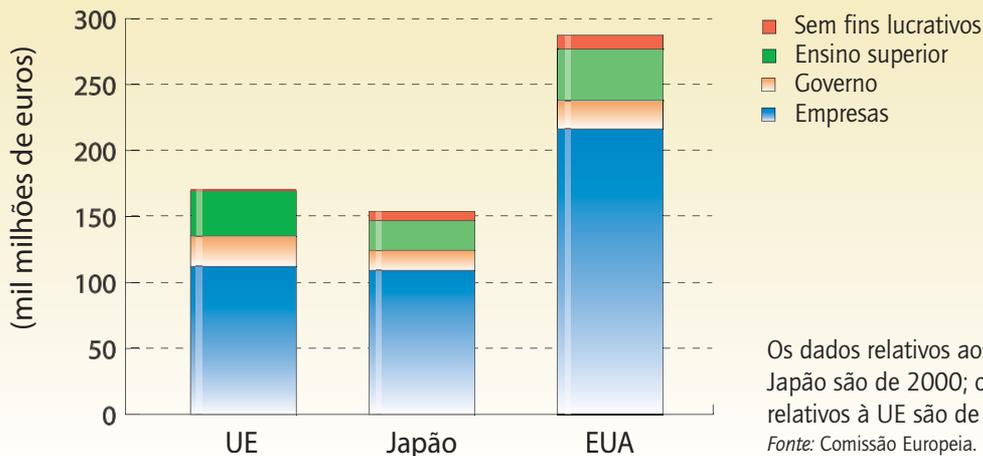
Quando os europeus criam novas empresas, estas tendem a crescer mais lentamente do que as suas congéneres americanas e os entraves à inovação são um dos principais motivos. Trata-se da burocracia, das dificuldades na obtenção de crédito para o arranque das empresas e dos custos elevados do registo de patentes. A Comissão Europeia está a promover acções que visam

atacar todos estes problemas – incentivar a simplificação administrativa, facilitar o acesso ao capital inicial e criar um sistema de registo de patentes mais barato e eficiente.

### *Recuperar o atraso tecnológico*

Finalmente, é essencial recuperar o atraso tecnológico relativamente aos Estados Unidos e ao Japão. A UE gasta menos de 2% do PIB em investigação e desenvolvimento tecnológico, enquanto o Japão gasta mais de 3% e os EUA um pouco menos. Na UE, as tecnologias de ponta representam 10,1% do valor acrescentado na indústria, em comparação com 13,8% no Japão e 25,8% nos EUA. As despesas com as tecnologias da informação e da comunicação representam na UE 6,93% do PIB, atingindo 8,22% nos EUA e 8,98% no Japão.

### *Investimento em investigação e desenvolvimento nas maiores economias mundiais*



# Construir o futuro

Quanto mais se atrasar a concretização do potencial de crescimento adicional resultante deste processo, maior será a pressão sobre os orçamentos públicos, uma vez que, para pagar os serviços públicos e as pensões de reforma, são necessárias as receitas fiscais de uma economia próspera.

Os governos estão a encontrar cada vez mais dificuldades para pagar as pensões de reforma e os cuidados de saúde, dado o aumento da esperança de vida, a aposentação prematura das pessoas, a queda da taxas de natalidade e o aumento das expectativas relativas à oferta universal das novas tecnologias da medicina. As pensões e os cuidados de saúde da geração mais idosa de hoje são pagas pelas contribuições dos actuais trabalhadores. Hoje há na Europa quatro pessoas em idade activa para cada pensionista, mas em 2040 esta proporção será apenas de dois para um.

Embora estes desafios não se coloquem só à UE, assumem aqui particular relevância porque as taxas de natalidade europeias estão entre as mais baixas do mundo e a esperança de vida entre as mais altas, os sistemas de pensões e de saúde são especialmente desenvolvidos e os governos querem que as pensões e o acesso à saúde para todos continuem a ser uma característica essencial das economias europeias. A solidez do sistema de bem-estar social constitui um elemento importante do património social e económico europeu. O crescimento ajuda a assegurar que esta herança seja viável e sustentável para as gerações futuras.

Para que os governos possam suportar os custos, têm de avançar «rumo ao crescimento», mediante a modernização da economia europeia, o avanço da integração e a manutenção do rigor orçamental. A maior eficiência dos mercados financeiros sem fronteiras facultam aos governos e aos cidadãos uma melhor rentabilização dos seus capitais. Apostar no crescimento e na criação de emprego gerará receitas fiscais para os governos gastarem em pensões, cuidados de saúde e outras medidas de protecção social.

## *Investir nas pessoas*

A UE não considera, no entanto, que o crescimento e a criação de emprego constituam fins em si mesmos. O crescimento deve ser sustentável no interesse do bem-estar a longo prazo dos

*O crescimento pagará os seus cuidados médicos e a sua pensão.*



© Jean-Dier FRANCOIS.COM

cidadãos e do ambiente. Além disso, as pessoas têm direito a empregos de qualidade e ao acesso a serviços adequados, nomeadamente em matéria de guarda de crianças. Trata-se de princípios fundamentais da política social e de emprego da UE, juntamente com a igualdade de oportunidades. Um objectivo declarado da União Europeia é atingir um justo equilíbrio entre o trabalho e os outros aspectos da vida.

As pessoas são a principal riqueza da Europa, tal como concluído em 2000 em Lisboa pelos líderes da UE, ao fixarem os objectivos estratégicos para a década em curso. Investir nas pessoas e no desenvolvimento de um sistema

activo e dinâmico de bem-estar social são tão cruciais para assegurar o sucesso da Europa na nova economia do conhecimento quanto o são a integração económica, financeira e monetária e a promoção da inovação e do espírito empresarial. Se a ênfase for colocada nas pessoas, a emergência de uma nova economia reforçará a coesão social e económica.

Investir nas pessoas é essencial quando a União se esforça por estimular o crescimento e tornar-se na economia baseada no conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo em 2010.

## Outra documentação



Para saber mais sobre a economia da UE e sobre a forma como a Comissão Europeia acompanha a gestão económica dos Estados-Membros, consultar:

[europa.eu.int/comm/economy\\_finance/index\\_en.htm](http://europa.eu.int/comm/economy_finance/index_en.htm)

Para obter mais informações genéricas sobre a União Económica e Monetária, consultar:

<http://ue.eu.int/emu/pt/index.htm>

Para saber mais sobre a economia da UE:

[http://europa.eu.int/comm/publications/booklets/eu\\_glance/14/index\\_pt.htm](http://europa.eu.int/comm/publications/booklets/eu_glance/14/index_pt.htm)

Para mais informações sobre o euro em: [www.euro.ecb.int](http://www.euro.ecb.int) ou [www.europa.eu.int/euro](http://www.europa.eu.int/euro)

Para saber mais sobre as próximas etapas da integração, consultar:

- O mercado único europeu: [europa.eu.int/pol/singl/index\\_en.htm](http://europa.eu.int/pol/singl/index_en.htm)
- A Sociedade da Informação: [http://europa.eu.int/pol/infso/index\\_pt.htm](http://europa.eu.int/pol/infso/index_pt.htm)
- Investigação e inovação: [http://europa.eu.int/pol/rd/index\\_pt.htm](http://europa.eu.int/pol/rd/index_pt.htm)

Comissão Europeia

## **Rumo ao Crescimento**

A economia da União Europeia

Série: *A Europa em movimento*

Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias

2004 – 22 p. – 16,2 x 22,9 cm

ISBN 92-894-6147-0

O progresso económico e social e a melhoria constante das condições de vida e de trabalho são objectivos fundamentais da União Europeia. A experiência das últimas cinco décadas demonstra claramente que a integração económica (supressão dos obstáculos à livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e pessoas) oferece à Europa muito mais oportunidades de criação de emprego e de crescimento sustentável. Muito já foi conseguido: a união aduaneira, seguida do mercado único e, mais recentemente, a União Económica e Monetária (UEM).

Contudo, a UEM e o euro eram meras etapas e não o destino final. Muito resta por fazer. A UE precisa de remover os entraves que ainda subsistem e que confinam a investigação, os contratos públicos e os serviços financeiros às fronteiras nacionais. A promoção do espírito empresarial, da inovação e da eEuropa criará uma economia ainda mais forte que gerará empregos de qualidade e protegerá os sistemas de bem-estar social.

## Mais informações sobre a União Europeia



Na Internet, através do servidor Europa (<http://europa.eu.int>), podem ser obtidas informações em todas as línguas oficiais da União Europeia.



Existem centenas de centros locais de informação da UE espalhados por toda a Europa. Pode encontrar o endereço do centro mais próximo em: [europa.eu.int/comm/relays/index\\_pt.htm](http://europa.eu.int/comm/relays/index_pt.htm)



EUROPE *DIRECT* é um serviço que responde às suas questões sobre a União Europeia. Pode contactar o serviço telefonando para o número verde único **00 800 6 7 8 9 10 11** — ou, se estiver fora da UE, para o (32-2) 299 96 96 — ou enviando uma mensagem electrónica via [europa.eu.int/europedirect](http://europa.eu.int/europedirect)

Para obter informações e publicações em língua portuguesa sobre a União Europeia, pode contactar:

### REPRESENTAÇÃO DA COMISSÃO EUROPEIA

#### *Representação em Portugal*

Largo Jean Monnet, 1-10.º  
P-1269-068 Lisboa  
Tel.: (351) 213 50 98 00  
Internet: [euroinfo.ce.pt](http://euroinfo.ce.pt)  
E-mail: [burlis@cec.eu.int](mailto:burlis@cec.eu.int)

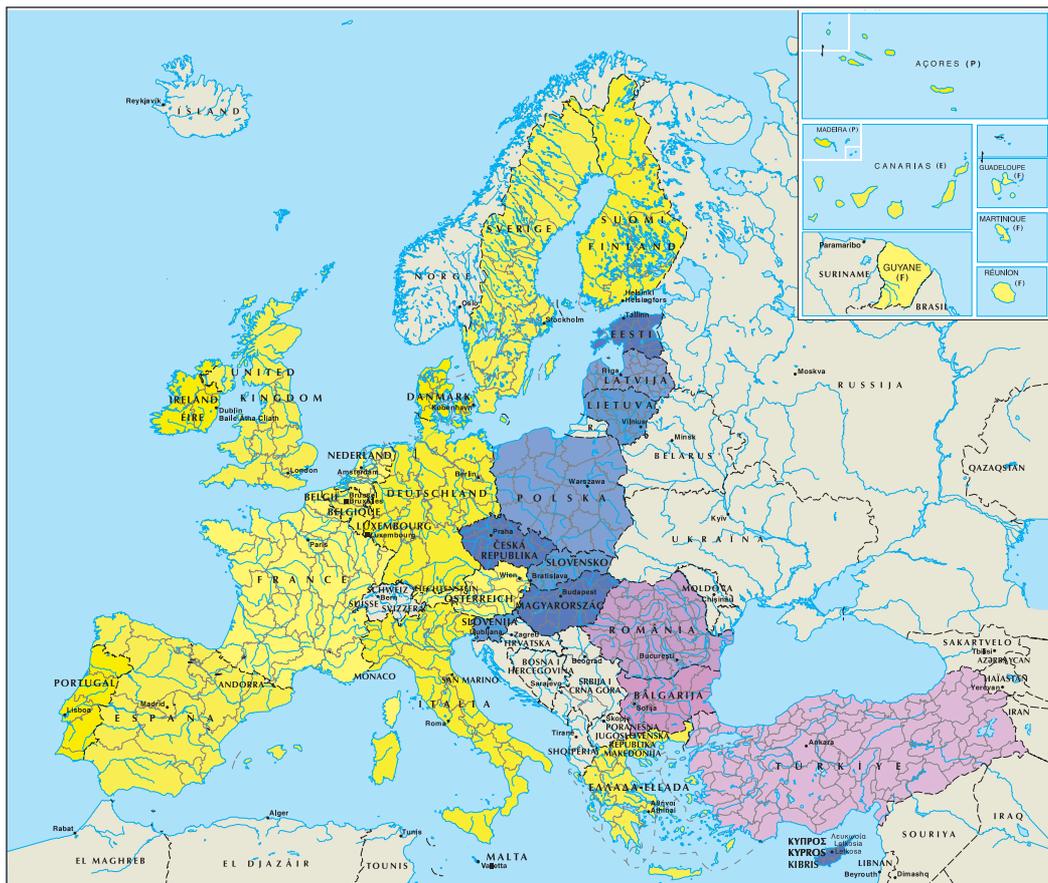
### GABINETE DO PARLAMENTO EUROPEU

#### *Gabinete em Portugal*

Largo Jean Monnet, 1-6.º  
P-1269-070 Lisboa  
Tel.: (351) 213 57 80 31 – 213 57 82 98  
Fax: (351) 213 54 00 04  
Internet: [www.parleurop.pt](http://www.parleurop.pt)  
E-mail: [EPLisboa@europarl.eu.int](mailto:EPLisboa@europarl.eu.int)

Existem representações ou gabinetes da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu em todos os Estados-Membros da União Europeia. Noutros países do mundo existem delegações da Comissão Europeia.

## A União Europeia



- Estados-Membros da União Europeia
- Novos Estados-Membros que aderem em 2004
- Países candidatos à adesão

PT



O progresso económico e social e a melhoria constante das condições de vida e de trabalho são objectivos fundamentais da União Europeia. A experiência das últimas cinco décadas demonstra claramente que a integração económica (supressão dos obstáculos à livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e pessoas) oferece à Europa muito mais oportunidades de criação de emprego e de crescimento sustentável. Muito já foi conseguido: a união aduaneira, seguida do mercado único e, mais recentemente, a União Económica e Monetária (UEM).

Contudo, a UEM e o euro eram meras etapas e não o destino final. Muito resta por fazer. A UE precisa de remover os entraves que ainda subsistem e que confinam a investigação, os contratos públicos e os serviços financeiros às fronteiras nacionais. A promoção do espírito empresarial, da inovação e da eEuropa, criará uma economia ainda mais forte que gerará empregos de qualidade e protegerá os sistemas de bem-estar social.



Serviço das Publicações

*Publications.eu.int*

ISBN 92-894-6147-0



9 789289 461474 >